

ATA da Reunião do CONSELHO GESTOR com o COMITÊ DE ATENÇÃO PRIORITÁRIO AO PRIMEIRO GRAU

LOCAL	DATA	HORÁRIO INÍCIO	HORÁRIO FIM
Plataforma de videoconferência ZOOM	14/05/2021	07:30	09:30

PAUTA

1) das 7h30 às 8h30: COPEG: análise das propostas construídas nos workshops de **Planejamento Estratégico**:

- Andamento do projeto
- SWOT/FOFA (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças)
- Declarações de Missão e Visão
- Valores
- Objetivos Estratégicos
- Além de colher percepções sobre quais devem ser as **prioridades da gestão**, visando elaborar o plano de gestão.

2) das 8h30 às 9h: STIC: apresentar a minuta dos **serviços considerado críticos** para o Tribunal, visando definir os que serão contemplados no **Plano de Gestão de Riscos de TIC**.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, Presidente, declarou aberta a reunião do Conselho Gestor com o Comitê de Atenção Prioritária ao 1º Grau e passou a palavra à Coordenadora de Planejamento, Estratégia e Gestão, que iniciou apresentando o andamento do projeto de elaboração da estratégia 2021-2026, contando com a participação de representantes de todas as unidades. Acerca disso, foi transmitido um vídeo com breve relato de seis servidores, representantes das quatro Secretarias, Corregedoria e Zonas Eleitorais, explanando suas opiniões sobre esse processo de construção participativa.

PAUTA

1 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

- Planejamento Estratégico de 06 anos (2021-2026) está sendo construído de forma participativa, em consonância com a Res. CNJ nº 325/2020 (Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026), alinhado às diretrizes do TSE, considerando as percepções da sociedade, do corpo técnico, analisando as fragilidades diagnosticadas no Levantamento do TCU: IGG 2021(Índice de Governança e Gestão). O Plano deverá ser publicado em junho/2021.

- Foi ressaltada a importância do Plano Estratégico por facilitar e direcionar os gestores, servidores e colaboradores; primando pela satisfação da sociedade, além de melhorar os processos internos e aprimorar a gestão, permitindo que o órgão deixe um verdadeiro legado para o ambiente no qual está inserido.

- Plano de Diretrizes de 02 anos (2021-2022) refletirá as prioridades da gestão do Presidente e da Corregedora (futura Presidente, em 2022) e conterà as metas dos indicadores para esses dois anos, assim como as iniciativas (projetos e ações), com respectivos responsáveis.

- Matriz SWOT/FOFA 2021 (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças): esses dados retratam o que foi diagnosticado nas pesquisas (aos públicos interno e externo), além do que foi coletado nas entrevistas e consolidado na oficina, ocorrida em 20 de abril. Após a apresentação dessas informações que subsidiaram o desenvolvimento das demais, foi sugerido que estas não sejam publicadas, para não expor as vulnerabilidades da organização.

- Declarações de Missão e Visão: foi apresentado o referencial do Plano Estratégico 2015-2020 (anterior), e a proposta desenvolvida na oficina ocorrida no dia 29 de abril. Após ouvir as sugestões dos participantes da reunião, o Conselho Gestor deliberou da seguinte forma:

- Missão: Fortalecer a democracia por meio do processo eleitoral

- Visão de Futuro: Ser reconhecido pela excelência do processo eleitoral

- Valores: Ética, Transparência, Efetividade, Diversidade e Inclusão, Inovação e Responsabilidade Socioambiental

Em relação aos Objetivos Estratégicos, como não foi possível a participação dos Secretários e Assessora Chefe da Corregedoria na oficina ocorrida no dia 04 de maio, a princípio, os objetivos propostos ficaram conforme a seguir. Contudo, poderá haver alterações, caso algum desses gestores considere pertinente e apresente nova proposta. Seguem os objetivos sugeridos, por perspectiva:

Objetivos Estratégicos da perspectiva de RESULTADOS:

- Garantir a efetiva participação popular no processo eleitoral

- Garantir a legitimidade do processo eleitoral

- Assegurar o atendimento de excelência

Objetivos estratégicos da perspectiva PROCESSOS INTERNOS:

- Fortalecer o combate à fraude e corrupção no processo eleitoral

- Realizar eleições céleres, seguras e transparentes

- Assegurar a efetividade e integridade da prestação jurisdicional

- Implementar mecanismos de integridade institucional

- Evidenciar à sociedade a celeridade, segurança e transparência do processo eleitoral

Objetivos estratégicos da perspectiva: GESTÃO E INOVAÇÃO

- Implementar política de gestão de pessoas

- Promover a gestão do conhecimento

- Fortalecer a governança institucional

- Aprimorar a gestão orçamentária e financeira

- Aprimorar a governança de TIC
- Promover transformação digital e inovações tecnológicas
- Promover a proteção de dados e segurança cibernética

Ao final, a Coordenadora de Planejamento, Estratégia e Gestão informou acerca dos próximos passos:

- *Validação ou propositura dos indicadores estratégicos, com suas respectivas metas para 2021 e 2022;*
- *Iniciativas (planos de ações e projetos) para 2021 e 2022;*
- *Em junho/2021 devemos publicar o Plano Estratégico 2021-2026 e o Plano Diretrizes 2021-2022.*

Considerações:

A Desa. Ângela, Corregedora, solicitou a retirada do “*seu*” da Visão de Futuro.

O Des. Joaquim, Presidente, sugeriu a inclusão da palavra “efetiva” no objetivo estratégico: *Garantir a efetiva participação popular no processo eleitoral.*

O Secretário de TIC sugeriu uma alteração no objetivo estratégico Promover a proteção de dados e segurança “da informação”, PARA: *Promover a proteção de dados e segurança “cibernética”*. Informou que se reunirá com sua equipe para analisar os objetivos atinentes à STIC.

Dr. Cristiano, magistrado membro da Corte, propôs que a expressão “processo eleitoral” fosse substituída por algo mais compreensível à população.

Todavia, os participantes não conseguiram sugerir algo que abrangesse o negócio do Tribunal, de forma tão ampla.

A Coordenadora de COPEG mencionou que o objetivo: “Intensificar a atuação em parceria com outros órgãos e entidades” poderia ser contemplado no objetivo da perspectiva Gestão e Inovação: *Fortalecer a Governança Institucional*. Além disso, o objetivo: “Desenvolver Cultura de Inovação” seria abrangido pelo objetivo da Governança (acima mencionado) e ainda pelo de “Promover transformação digital e inovações tecnológicas”.

Reiterou que, devido à impossibilidade de participação dos Secretários e da Assessora Chefe da Corregedoria na oficina ocorrida no dia 04 de maio, os objetivos propostos poderão sofrer alterações, caso algum desses gestores considere pertinente e apresente nova sugestão

As propostas de MISSÃO, VISÃO e os VALORES foram validadas.

2 – SERVIÇOS CONSIDERADOS CRÍTICOS PARA O TRIBUNAL, VISANDO DEFINIR OS QUE SERÃO CONTEMPLADOS NO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE TIC

Em continuidade, prosseguiu-se à segunda parte da reunião:

O Secretário de Tecnologia e Informação apresentou a proposta para os serviços essenciais do TRE levantada. Entretanto, diante de dúvidas dos participantes, foi deliberado que STIC encaminharia, após validação do DG e apreciação da COPEG, para a alta administração e Comitê 1º Grau, uma pesquisa mais direta e objetiva listando os serviços essenciais detectados e ainda os que se relacionam e eles.

Na oportunidade, foi sugerido à STI, a elaboração de um formulário google, visando facilitar a compilação das respostas, após a votação dos gestores máximos e dos representantes do 1º Grau.

Após finalizar a discussão do item 2 da pauta, o Secretário de Gestão de Pessoas questionou se os objetivos estratégicos não precisariam estar definidos para que pudessem ser estabelecidos os indicadores do Plano Estratégico.

A Coordenadora da COPEG reiterou o que já havia dito e verificou se algum dos presentes gostaria de perguntar algo. Os presentes não tiveram nada a considerar. Assim, foi declarada encerrada a reunião.

PARTICIPANTES

NOME	CARGO	MEMBRO
Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos	Presidente do TRE	Conselho Gestor
Desa. Angela Maria Moraes Salazar	Corregedora Regional Eleitoral	Conselho Gestor
Luann de Matos Oliveira Soares	Diretor-Geral	Conselho Gestor
Danyelle Bitencourt Athayde Ribeiro	Assessora Chefe da Corregedoria	Conselho Gestor
Débora Márcia Soares Vêras	Secretário de Administração e Finanças	Conselho Gestor
Gualter Gonçalves Lopes Júnior	Secretário de Tecnologia e Informação	Conselho Gestor
Carlos Eduardo Dias Almeida	Secretário Judiciário	Conselho Gestor
Guilberth Marinho Garcês	Secretário de Gestão de Pessoas	Conselho Gestor
Allana Machado Prazeres Costa	Servidor da Secretaria indicado pelo Sintrajufe-MA	Conselho Gestor
Vanessa Andrade Neiva Eulálio Suplente: Fábio Humberto Cantanhede Ximenes	Servidor da Zona Eleitoral indicado pelo Sintrajufe-MA	Conselho Gestor
Eilson Santos da Silva	Juiz Eleitoral indicado pela AMMA	Conselho Gestor
José Brígido da Silva Lages	Magistrado indicado pelo Tribunal	Comitê de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau
Lavínia Helena Macedo Coelho	Magistrada escolhida	Comitê de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau
Rodrigo Otávio Terças Santos Douglas Lima da Guia	02 magistrados de primeiro grau eleitos por votação direta entre os seus pares, da respectiva jurisdição, a partir de lista de inscrição	Comitê de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau
Elias de Queiroga Filho	01 magistrado indicado pela AMMA, com direito a voto	Comitê de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau
Fábio Humberto Cantanhede Ximenes	01 chefe de cartório indicado pelo Tribunal	Comitê de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau
Michele Pimentel Duarte	01 chefe de cartório indicado pelo Tribunal a partir de lista de inscritos aberta a todos os interessados	Comitê de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau
Eduardo Daniel Pereira Neto Luís Otacio Pereira	02 chefes de cartório eleitos por votação direta entre os servidores de primeiro grau, a partir de lista de inscrição	Comitê de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau

Francisca de Oliveira Garcia	01 chefe de cartório eleito por votação direta entre os demais servidores das Zonas eleitorais após indicação em lista tríplice pelo SINTRAFE-MA, com direito a voto.	Comitê de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau
Lilianne Lopes Melo	Chefe de Cartório suplente	Comitê de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau
Gilson Rodrigues Borges	Assessor Especial da Corregedoria	
Alessiane Guuimarães Reis	Coordenadora de Registros Partidários, Autuação e Distribuição	
Karla de Faria Abdala Félix	Coordenadora de Planejamento, Estratégia e Gestão	
Fernando Neves	SEPLA – Seção de Planejamento e Desenvolvimento	



Análise do processo de construção da Estratégia TRE-MA

PLANO ESTRATÉGICO

— 2021 - 2026 —



A importância do planejamento nas organizações públicas



ESTRATÉGIA NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO 2021-2026



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 325, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 e dá outras providências.

CAPÍTULO II **DO ALINHAMENTO À ESTRATÉGIA NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO** **2021-2026**

Art. 3º Os órgãos do Poder Judiciário deverão alinhar seus respectivos planos estratégicos à Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, atendendo aos seguintes aspectos:



**Facilita papel do gestor,
servidores e colaboradores**



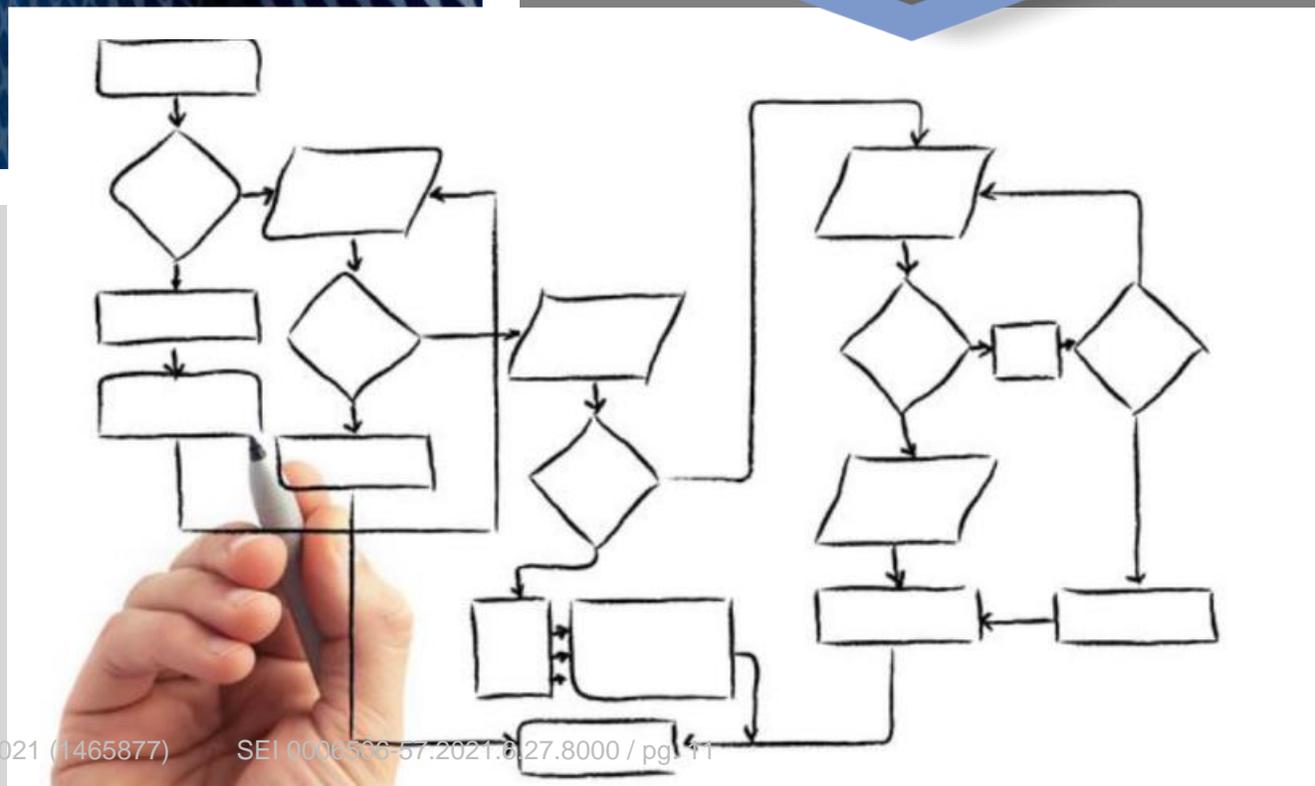
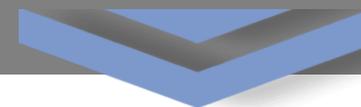
Satisfação **DO** **PARA O** **Cliente**





Governança Pública

Melhoria dos processos internos



Aprimoramento da
GESTÃO



Legado

Direcionadores Estratégicos

Estratégia Nacional do Judiciário

Índice de Governança e Gestão

Percepções da sociedade



Percepções do corpo técnico

Prioridades de Gestão

Diretrizes TSE



PROCESSO PARTICIPATIVO

Planejamento Estratégico

Plano Tático

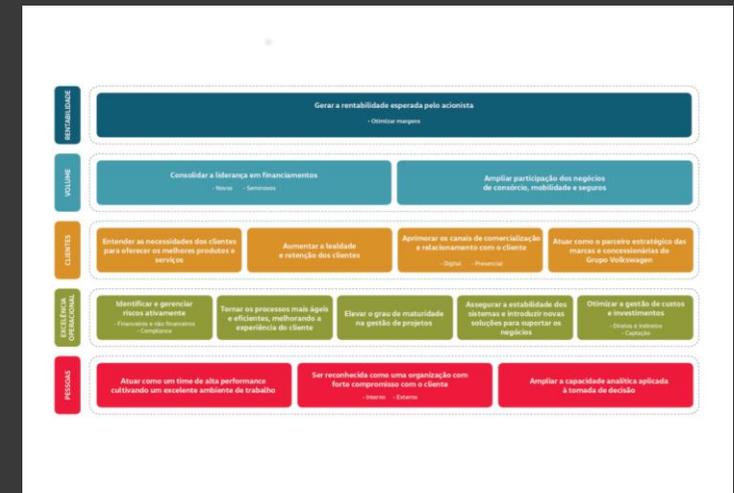
Missão

Visão

Objetivos

Iniciativas

Indicadores



Objetivos Priorizados

Ações

Responsáveis

Metas

Indicadores



PRODUTOS FINAIS



MATRIZ SWOT 2021

FORÇAS



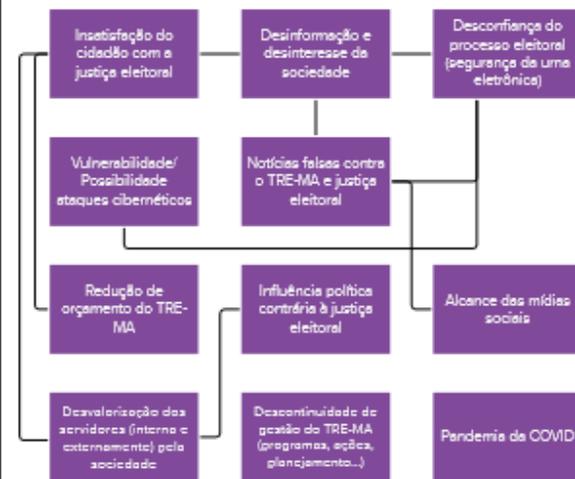
FRAQUEZAS



OPORTUNIDADES



AMEAÇAS



1



REFERENCIAL ESTRATÉGICO 2021-2026



MISSÃO

Garantir a legitimidade do processo eleitoral



Fortalecer a democracia por meio do processo eleitoral



VISÃO DE FUTURO

Ser modelo de excelência na gestão do processo eleitoral



Ser reconhecido pela excelência de seu processo eleitoral



VALORES

Ser acessível

Ser inovador

Ser célere

Ser transparente

Ser ético

Ter credibilidade



Ética

Efetividade

Diversidade e Inclusão

Transparência

Inovação

Responsabilidade socioambiental



2

3



MAPA ESTRATÉGICO 2021-2026

PERSPECTIVA DE RESULTADOS



Garantir a participação popular no processo eleitoral

Garantir a legitimidade do processo eleitoral

Assegurar o atendimento de excelência



PERSPECTIVA DE PROCESSOS INTERNOS



Fortalecer o combate à fraude e corrupção no processo eleitoral

Realizar eleições cêleres, seguras e transparentes

Assegurar efetividade e integridade da prestação jurisdicional



Implementar mecanismos de integridade institucional

Incentivar a participação da sociedade no processo eleitoral

Intensificar a atuação em parceria com outros órgãos e entidades

PERSPECTIVA DE GESTÃO E INOVAÇÃO



Implementar política de gestão de pessoas

Promover transformação digital e inovações tecnológicas

Fortalecer a governança institucional

Aprimorar a gestão orçamentária e financeira



Promover a gestão do conhecimento

Aprimorar a governança de TIC

Fortalecer integração institucional

Desenvolver cultura de inovação (aceitação do erro)

Promover a proteção de dados e segurança da informação

MAPA ESTRATÉGICO 2021-2026

PERSPECTIVA DE RESULTADOS



Garantir a
participação popular
no processo eleitoral

Garantir a
legitimidade do
processo eleitoral

Assegurar o
atendimento de
excelência



PERSPECTIVA DE PROCESSOS INTERNOS

PERSPECTIVA DE GESTÃO E INOVAÇÃO

PERSPECTIVA DE RESULTADOS

PERSPECTIVA DE PROCESSOS INTERNOS



Fortalecer o combate à fraude e corrupção no processo eleitoral

Realizar eleições céleres, seguras e transparentes

Assegurar efetividade e integridade da prestação jurisdicional



Implementar mecanismos de integridade institucional

Incentivar a participação da sociedade no processo eleitoral

Intensificar a atuação em parceria com outros órgãos e entidades

PERSPECTIVA DE GESTÃO E INOVAÇÃO

MAPA ESTRATÉGICO 2021-2026

PERSPECTIVA DE RESULTADOS

PERSPECTIVA DE PROCESSOS INTERNOS

PERSPECTIVA DE GESTÃO E INOVAÇÃO



Implementar política de gestão de pessoas

Promover transformação digital e inovações tecnológicas

Fortalecer a governança institucional

Aprimorar a gestão orçamentária e financeira



Promover a gestão do conhecimento

Aprimorar a governança de TIC

Fortalecer integração institucional

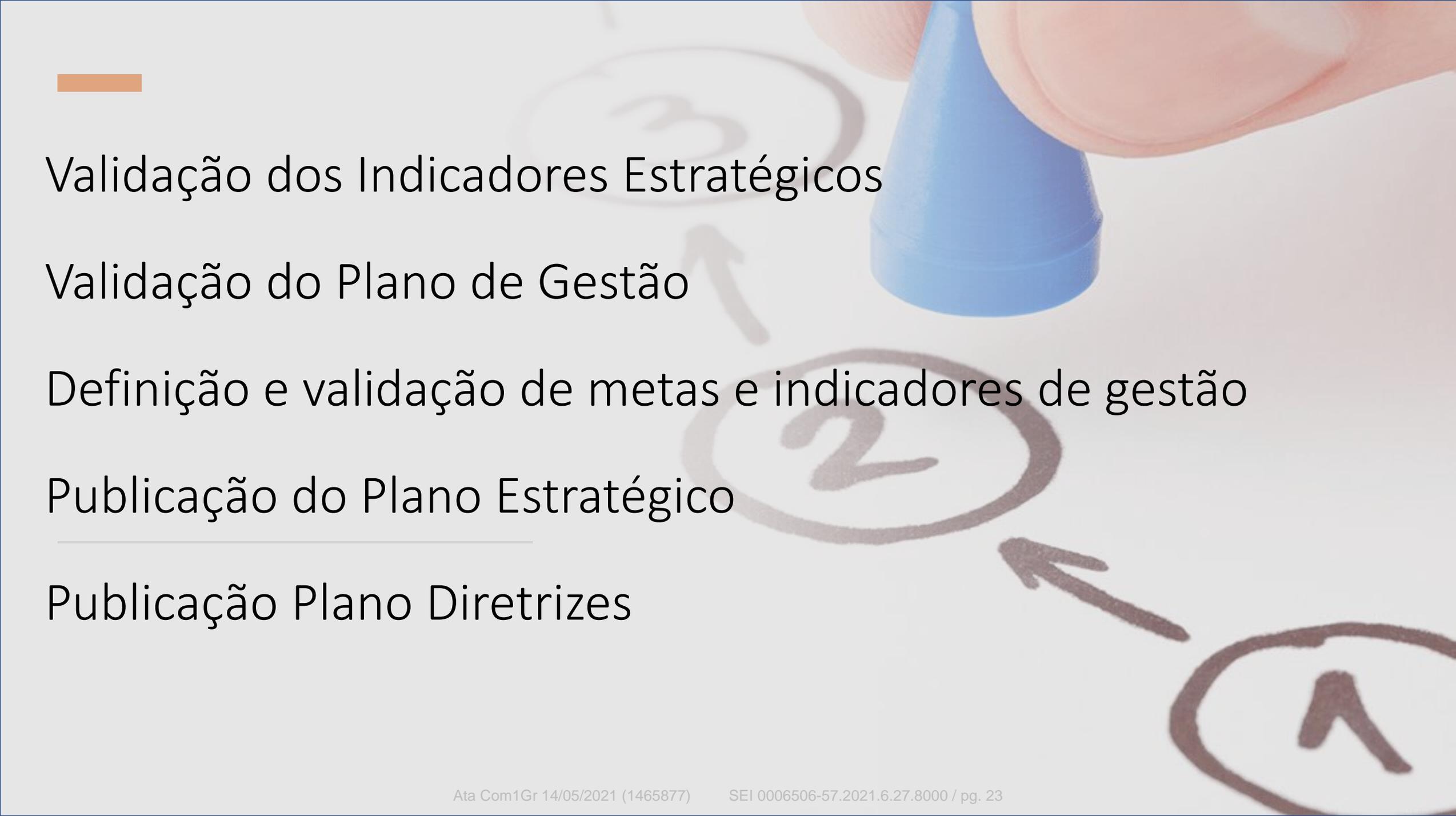
Desenvolver cultura de inovação (aceitação do erro)

Promover a proteção de dados e segurança da informação



PRÓXIMOS PASSOS



A hand holding a blue marker is pointing at a diagram on a white surface. The diagram consists of three circles containing the numbers 1, 2, and 3, arranged vertically. Arrows point from circle 1 to circle 2, and from circle 2 to circle 3. The background is a light, textured surface.

Validação dos Indicadores Estratégicos

Validação do Plano de Gestão

Definição e validação de metas e indicadores de gestão

Publicação do Plano Estratégico

Publicação Plano Diretrizes



OBRIGADA!

PLANO ESTRATÉGICO

— 2021 - 2026 —



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

AV. SENADOR VITORINO FREIRE - Bairro AREINHA - CEP 65010917 - São Luís - MA

CERTIDÃO

Eu, Douglas Lima da Guia, CPF 946.371.133-34, Coordenador do Comitê de Atenção Prioritária ao 1º Grau do TRE-MA, certifico e dou fé do inteiro teor da ata constante do documento SEI TRE-MA n.º 1465877, referente à reunião ocorrida em 14/05/2021, para os fins previstos no regulamento do Prêmio CNJ de Qualidade 2021.

São Luís - MA, datado e assinado eletronicamente.



Documento assinado eletronicamente por **DOUGLAS LIMA DA GUIA, Analista Judiciário**, em 12/08/2021, às 08:52, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ma.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1465895** e o código CRC **BD1EB942**.

0006506-57.2021.6.27.8000 | 1465895v5